

Manuel Chang, Ministro das Finanças: Fundo soberano é crucial mas há outras prioridades

Samuel Pedro Uamusse



O MINISTRO das Finanças, Manuel Chang, disse ontem em Maputo não haver dúvidas sobre a importância da criação, em Moçambique, de um fundo soberano através de receitas geradas pela exploração de recursos naturais.

Manuel Chang explicou que o Governo está a trabalhar à volta do tema, porque reconhece a sua importância, mas que o grande constrangimento é que o país tem muitas realizações que precisam de investimento e que não seria razoável, por enquanto, priorizar o estabelecimento do fundo soberano.

Falando a jornalistas no lançamento da terceira Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP, evento a decorrer hoje na cidade de Maputo, Manuel Chang argumentou ainda que o Estado tem dívidas do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

“Pelo menos em 2014, os valores que entram como mais-valias vão ser usados para resolver a dívida do IVA. Resolvendo isto estaremos a impulsionar a economia e as empresas, algumas das

quais têm valores elevados a receber. Estamos também a pensar na realização de investimentos que aguardam financiamento”, disse o ministro, ressaltando que Moçambique vai colher experiências da CPLP sobre a criação do fundo.

Entretanto, a reunião de Maputo irá também trocar experiências sobre a gestão da crise económica mundial.

No caso de Moçambique, segundo Chang, a crise fez-se sentir mais no sector real e não tanto no sistema financeiro, como resultado das medidas tomadas pelo Banco de Moçambique, nomeadamente em termos de supervisão e regulamentação do sector.

“Tivemos impactos graves a nível do sector real no qual se provocou a quebra das exportações devido a questões de mercado e de preço, acabando por afectar as receitas do Estado e o crescimento da economia de mais de sete por cento para seis por cento”, referiu Manuel Chang.

Em relação ao sector real, o ministro recorda que, na altura, o Governo tomou medidas para que a economia sobrevivesse, como por exemplo, a construção de várias infra-estruturas do Estado para assegurar a manutenção dos postos de trabalho.

Houve também medidas de âmbito social, como seja o congelamento do preço dos combustíveis para mitigar o seu impacto no custo dos transportes a nível das cidades e o subsídio da farinha de trigo.

O impacto da crise faz parte da agenda da reunião porque os Estados-membros da CPLP estão distantes uns dos outros, o que faz com que o problema não seja sentido da mesma forma.

Para Moçambique, por exemplo, a avaliação é de que os preços dos combustíveis são demasiadamente altos, mas provavelmente esta apreciação não coincida com a de Angola que produz petróleo.

Na reunião será avaliada a experiência de cada um dos países em relação às expectativas a volta da exploração de recursos naturais, que no caso de Moçambique constituem tema actual.